

# **A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: DISCURSOS DE JUSTIFICAÇÕES SOBRE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS TERRITORIALIZADOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

*THE TUCURUÍ HYDROELECTRIC POWER PLANT:  
JUSTIFICATION DISCOURSES ON APPROPRIATION  
AND USE OF THE TERRITORIALIZED RESOURCES  
AND EDUCATIONAL PRACTICES*

**Maria das Graças da Silva**  
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

## **RESUMO**

Considerando a atualidade do debate ambiental nos projetos de construções de hidrelétricas na Amazônia brasileira, discuto discursos e práticas educativas inscritos no campo ambiental acionados por diferentes atores sociais na justificativa de apropriação e/ou defesa de recursos territorializados na área de abrangência da Hidrelétrica Tucuruí – UHE Tucuruí. O pressuposto é de que a educação ambiental insere-se na luta empreendida por aqueles atores sociais, porque articula concepções e percepção diferenciadas de recursos territorializados e de ambiente e constitui-se como uma caracterização das responsabilidades por sua “preservação” (ou por sua “degradação”). Para tanto examina e problematiza a utilização dos discursos construídos e de práticas educativas no campo ambiental pelos diferentes atores sociais. Estas experiências se inserem na busca pelo fortalecimento dos traços identitários tradicionais locais, historicamente construídos a partir de suas formas de relação com sua base territorial. Trata-se de esforços coletivos articulados que exploram a diversidade, valorizam as experiências cotidianas e buscam o fortalecimento de suas formas de organização social, na perspectiva de consolidar a legitimidade política do próprio movimento de resistência.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Planejamento Territorial. Práticas Educativas. Luta social.

## **ABSTRACT**

Considering the current environmental debate on the projects of hydroelectric power plant construction in the Brazilian Amazonia, I discuss discourses and educational practices in the environmental field driven by different social actors in justification of the appropriation and/or defense of territorialized resources in the area of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant – UHE Tucuruí. The assumption is that environmental education is part of the struggle waged by those social actors, because it articulates different conceptions and perceptions of territorialized resources and of environment, and thus is as a characterization of the responsibilities for their “preservation” (or “degradation”). For this purpose I examine and problematize the use of constructed discourses and educational practices in the environmental field by the various social actors. These experiences are part of the search for the strengthening of local traditional identity traces, historically constructed from their relationships with their territorial base. It concerns articulated collective efforts that explore diversity, value the everyday experiences and seek to strengthen their forms of social organization, with the prospect of consolidating the political legitimacy of the resistance movement itself.

**Keywords:** Environmental Education. Territorial Planning. Educational Practices. Social Struggle.

## Introdução

O discurso educativo tem sido crescentemente integrado à problemática do campo ambiental desde a sua emergência no espaço público em fins dos anos 60. A questão ambiental é com frequência apresentada como pertinente ao campo de valores e comportamentos passíveis de equacionamento por intermédio de ações educativas. As próprias ações governamentais tendem a dirigir com intensidade crescente seus recursos para projetos da chamada “educação ambiental”. O sentido das ações ditas educativas sobre as dimensões ambientais da vida social pode variar substancialmente conforme a concepção que se dê às práticas educacionais quando remetidas à problemática do meio ambiente. Pois, são diversas as possibilidades de apropriação da noção de “educação ambiental”, conforme os contextos históricos, os sujeitos da proposta educativa e os atores sociais do embate entre formas sociais distintas de apropriação dos recursos territorializados.

Este texto discute as propostas educativas apresentadas com o fim de ajustar as práticas sociais às necessidades de “proteção do meio ambiente” em uma área onde um grande projeto de investimento provocou consideráveis transformações sociais e ecológicas. Em ruptura com o senso comum, considero que diferentes estratégias discursivas podem acionar as noções de “educação ambiental” e de “meio ambiente” na disputa por modelos alternativos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, evidencio algumas estratégias em uma área de expansão da fronteira capitalista sob o impacto do investimento estatal em um grande projeto – a Usina Hidroelétrica de Tucuruí. Isto porque a construção da UHE Tucuruí, iniciada no final da década de 70, provocou grandes transformações socioculturais e ecológicas no Sudeste Paraense e no Baixo Tocantins, áreas situadas a montante e a jusante, respectivamente, da barragem. Essas transformações tiveram grandes pressões sobre as mudanças nas condições de existência dos grupos sociais locais, uma vez que foram comprometidos muitos dos processos socioculturais associados às especificidades do território e dos recursos naturais, em diversos casos apropriados de forma comunal.

Entre tais estratégias, a da chamada “educação ambiental”, por meio de uma multiplicidade de formas, começou a ser difundida, tanto no

campo formal quanto informal da educação, com a pretensão de “conscientizar” determinados grupos sociais para a preservação da base material do desenvolvimento. Tais expedientes “educacionais”, por iniciativa das empresas do Setor Elétrico ou de órgãos governamentais, estiveram voltadas para grupos sociais residentes nas áreas de implantação dos grandes projetos. Algumas organizações locais dos “atingidos”, por sua vez, incorporaram gradualmente a noção de meio ambiente em seus discursos e ambientalizaram suas lutas, denunciando a desestabilização sociocultural associada às “crises ecológicas” provocadas pela ação dos agentes do desenvolvimentismo. Os representantes destas organizações acabaram igualmente disputando, a partir de seus referenciais próprios, os conteúdos da chamada “educação ambiental”.

Examino algumas propostas educativas apresentadas como destinadas à requalificar um certo número de práticas sociais espacializadas, tendo por justificativa a necessidade de “proteger o meio ambiente” justamente na área na qual a implantação da UHE, grande projeto de investimento provocou consideráveis transformações sociais e ecológicas.

Na construção de nossa problemática, tratamos da seguinte indagação central: que sentidos os discursos *educativos* imprimiram à “questão ambiental” e aos modos de apropriação da base material na área do grande projeto de investimento? Procuramos saber, de um lado, como foram estruturados os discursos referentes às políticas, programas e/ou projetos das agências estatais, que, articulando interesses hegemônicos dentro do Estado, se apresentavam como destinados a “melhorar a qualidade de vida” e a “educar” as populações locais para a preservação dos recursos naturais no contexto de um ideário de progresso e de desenvolvimento. Nesta indagação interessou-nos em particular as articulações entre os discursos educativos e a evidenciação de um campo de forças em que se colocaram em jogo os mecanismos de poder sobre os recursos territorializados. Procuramos, em particular, investigar em quais medidas o discurso dos agentes do grande projeto construíram *propostas educativas* que, em substância, tenderam a despolitizar a questão ambiental, desconectando-a dos aspectos relativos à distribuição de poder sobre os referidos recursos. Por outro lado, nos perguntamos

também em que medida os diversos atores locais construíram, por sua vez, o “ambiental” como um campo de politização, em contraponto aos “programas educativos” propostos pelos agentes do grande empreendimento ou enquanto estratégia alternativa para balizar modos de articulação de uma diversidade de dinâmicas sociais locais com vistas à construção de modelos de desenvolvimento “contra-hegemônicos” na região.

O recorte espacial da pesquisa contemplou duas áreas distintas configuradas enquanto tal após o barramento do rio Tocantins: a área situada a montante, em que se inclui a chamada “região das ilhas” do município de Tucuruí, e a área situada a jusante, que inclui dinâmicas ribeirinhas pertencentes, notadamente, aos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba. Estes territórios, devido às suas singularidades locais, sofreram em modos e proporções diferenciados os impactos da implantação do grande projeto.

A diferença entre as duas áreas reside não só nas suas características geofísicas, mas principalmente nas suas configurações sociopolíticas e culturais. A área de “jusante” integra a tradicional região do Baixo Tocantins, na qual o rio e a floresta sempre constituíram suporte de vida. A área de montante configura uma fronteira onde se assentaram grandes contingentes migratórios que vieram para a região em busca de trabalho e terra, notadamente nos anos 70; embora a relação com o rio esteja presente, são as rodovias que deram aí impulso à dinâmica demográfica, produtiva e fundiária.

A metodologia adotada implicou apreender a diversidade de construções sociais do meio ambiente por parte dos atores envolvidos na disputa por legitimação de suas práticas sociais territorializadas. A apreensão dos distintos discursos e práticas deu-se pela análise da documentação produzida pelos distintos atores e instituições pertinentes, entrevistas com membros apresentados como representativos destes distintos grupos e instituições, bem como observação de campo desenvolvida em três períodos que perfizeram um total de três meses. A primeira etapa de implementação do estudo fez-se pela sistematização do conjunto de informações bibliográficas disponíveis no material já produzido a respeito da problemática.

No trabalho de campo buscou-se o aprofundamento das questões previamente identificadas

por meio de observação sistemática dos grupos que se dedicam à agricultura, à pesca e ao extrativismo e entrevistas com informantes selecionados por ocuparem papel significativo nos processos sociopolíticos da área em estudo. Dentre estes, destacam-se os representantes de comunidades locais, de organizações de base (colônia de pescadores, sindicato de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores familiares etc.), representantes de ONGs, membros da comunidade científica, dos governos federal, estadual e municipais, do Ibama/CNPT, Incra, da Igreja e da empresa responsável pelo empreendimento.

Optei por uma abordagem qualitativa, com a análise descritiva por meio da qual foram identificados e examinados o *senso comum* relativo ao meio ambiente e à educação ambiental na área estudada, por meio do “repertoriamento” dos sentidos mais permanentes que obtiveram algum *status* no debate público. Elenquei e analisei uma diversidade de esquemas de percepções e justificações que os distintos atores evocaram ou utilizaram para qualificar as suas práticas, programas ou projetos considerados educativos, assim como os sentidos atribuídos à noção de meio ambiente, aqui considerada como um terreno contestado, objeto de lutas sociais.

Analiso o conteúdo discursivo, as lógicas e representações que orientaram as propostas e práticas ditas educativas com relação ao meio ambiente na arena local. São discutidas em particular três experiências em que o discurso educativo pôs face à face agentes sociais com posições polarizadas no campo ambiental - os representantes do Setor Elétrico e os grupos sociais locais direta ou indiretamente impactados, e suas organizações representativas. A experiência do Programa de Educação Ambiental da Eletronorte são contrapostas as práticas educativas dos pescadores e extrativistas do município de Cametá, que têm incorporado a dimensão ambiental em suas estratégias de luta e as práticas organizativas dos grupos sociais envolvidos na luta pela denominada “região das ilhas”, situada no interior do reservatório de Tucuruí, que, embora não recorram a um discurso educativo, promovem uma politização da questão ambiental, orientando a população local a tornar-se sujeito de seus ambientes e “educando” os responsáveis do Setor Elétrico quanto à pertinência de terem em conta a

pluralidade de sentidos que configuram o campo ambiental na região.

Examina-se um conjunto de práticas educativas construídas por movimentos ou grupos sociais, em duas experiências localizadas, que articulam concepções diferenciadas de seus ambientes e desenvolvem uma caracterização das responsabilidades por sua “preservação” (ou por sua “degradação”), seja no período que antecedeu ou no que sucedeu a construção da barragem.

No primeiro estudo de caso, faz-se uma análise da experiência que vem sendo desenvolvida por grupos sociais do Baixo Tocantins, especificamente do município de Cametá. No segundo estudo, toma-se como referência a luta pela regularização jurídica do processo de ocupação da região das “ilhas” na área do reservatório, e que abrange os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Goianésia e Jacundá.

### **Meio ambiente e cultura: o espelho da relação de apropriação e uso**

Teoricamente este estudo tem por pressuposto que meio ambiente é uma categoria socialmente construída por esquemas culturais que fundam as percepções do mundo e as possibilidades de apropriação e uso de recursos territorializados. Portanto, trata-se de um objeto não redutível a uma simples dimensão físico-biótica.

A busca de superação do objetivismo que reduz o meio ambiente a uma realidade físico-biótica sugere o entendimento de que na relação sociedade e natureza incorporam-se múltiplas formas, objetivos e representações que são constituídos na convivência social e condicionados historicamente. Os múltiplos agentes sociais evocam o “ambiental” de formas distintas. Instaura-se, conseqüentemente, uma luta de significações no interior do campo definido como ambiental já que diferentes são os significados dados ao meio ambiente e aos modos sociais de apropriação e uso que estes atores fazem da base material. Diferentes práticas, propostas e/ou discursos fazem parte desta luta de significações. O significado de meio ambiente muda no tempo e no espaço, de acordo com valores, objetivos e configurações históricas de uma dada sociedade, grupos ou classes sociais.

A educação ambiental, por meio de uma multiplicidade de formas, é difundida, tanto no cam-

po formal quanto no informal da educação, com a justificativa da necessidade de “conscientizar” determinados grupos sociais para a preservação da base material da sociedade em estoques suficientes para atender exigências da reprodução social.

Mas qualquer que seja a natureza de uma prática educativa, ela reflete um determinado contexto cultural e político. Encontram-se nos conteúdos da “educação ambiental” tanto propósitos de transmitir valores dominantes, como tentativas de reapropriação que procuram atribuir à questão ambiental sentidos compatíveis com a reprodução de ambientes culturalmente diversos.

A educação ambiental que se inscreve na lógica do conflito politiza o meio ambiente<sup>1</sup> como um recurso discursivo para dar clareza e condições de difusão aos projetos emancipatórios. A cidadania, nessa perspectiva, é orientada pelos anseios crescentes do cidadão pertencer a uma coletividade, ou seja, construir uma consciência que se oriente em direção ao interesse coletivo. Essa noção político pedagógica, incorporada, por exemplo, no processo organizativo do movimento dos atingidos por barragens, pretende dar a relação política de forças e favorecer um determinado sistema de alianças (CEDI/CRAB, 1994).

Nesse caso, em vez de uma educação ambiental voltada para a consciência preservacionista, explora-se o seu potencial para a formação de uma “consciência de direitos”, que implica formação de cidadania, almejando romper com a homogeneidade e centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante.

São incorporados na educação ambiental, as práticas e processos de luta vivenciados por grupos sociais que enfrentaram ou enfrentam processos de destituição de seus recursos ambientais, espaços de moradia ou suas terras. Esse esforço político-pedagógico contribui para que grupos (re)descubram o seu papel de protagonista transformador, a partir de realidades que lhes sejam comuns.

Grupos organizados, como Colônias de Pescadores do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, e organizações extrativistas do Acre sustentam que

<sup>1</sup> Essa ideia de política é tomada em contraposição aos recortes conservacionistas e comportamentalistas da educação ambiental orientada pela lógica utilitária. Na perspectiva de Bourdieu (Contra a política de despolitização, s/d) tratar-se-ia de se contrapor a uma “política de despolitização” que ajusta os grupos sociais locais aos propósitos da forças sociais e econômicas dominantes.

a educação ambiental não demanda necessariamente a existência de instituições formais para ser implementada, sendo necessário apenas interagir “com o mundo do trabalho, da cidadania e da comunidade” (CEDI/CRAB, 1994, p. 10). Reconhecem que se trata de um tipo de educação que pode ser desenvolvida pelos movimentos populares por meio de suas redes de relações educativas informais: sindicatos, associações, colônias de pescadores, cooperativas, família, comunidade, Igreja, grupos ambientalistas etc., uma vez que são entidades que já têm experiência prática de promover e participar de atividades político-sociais.

Esta educação ambiental articula significações múltiplas do meio ambiente, debate os limites de abordagens reducionistas e comportamentalistas, muitas vezes utilizadas para atender interesses e valores conservadores, e contrapõe-se ao ambientalismo pragmático que pretende conservar os recursos naturais através da compatibilização do modelo de desenvolvimento econômico com os usos ditos “sustentáveis” dos recursos.

As propostas de educação ambiental advindas destes setores incorporam as lutas por garantia do uso público do patrimônio natural e de uso comum, em contraposição à sua apropriação privada por agentes fortes no mercado, denunciando a ideia de um ambiente uno que desqualifica a questão ambiental como portadora de projetos democratizantes e aos atores sociais locais como incultos e incompetentes para o exercício das ciências do ambiente.

No contexto destas abordagens, as propostas educativas são tomadas como uma das estratégias de ação com vista à construção de modelos alternativos de desenvolvimento e de políticas socioambientais que democratizem o controle sobre o meio ambiente, desvincule a conservação da natureza das estruturas de poder ligadas aos interesses dominantes, que conformam um modelo de desenvolvimento social e ambiental predatório e excludente.

A opção metodológica é a de tratar o campo ambiental como constituído por uma dimensão simbólica, dado o entendimento de que toda ação humana é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além de simples lógica utilitária (SAHLINS, 1979).

## **Discursos e práticas educativas: nova institucionalidade para articular velhos problemas**

Compreender o campo da educação ambiental como um campo de forças é considerar o conteúdo das propostas educativas como relacionado à distribuição de poder que prevalece no interior da estrutura relacional de uma sociedade. Com esta perspectiva, pode-se buscar desvendar a forma como os diferentes grupos em disputa constroem suas respectivas representações em relação às “mudanças ambientais” e às diversas lutas em que demandam seus direitos.

As relações que os grupos sociais atingidos pelo grande projeto em estudo estabeleceram com as demais forças no campo ambiental, e entre si mesmos, são fortemente marcadas pelo padrão de diferenciação de poder com relação aos recursos territorializados e às resistências manifestadas pelas organizações de atingidos em oposição às novas formas de apropriação aportadas pelo processo de construção da UHE. Neste campo de forças, o Setor Elétrico buscou legitimar uma representação de um meio ambiente único, aquele associado às demandas técnicas e funcionais da hidrelétrica, procurando legitimar o projeto industrialista, com a incorporação do discurso homogeneizador da “preservação ambiental”. Neste mesmo campo, delinear-se formas alternativas de formulação e entendimento particulares do que vem a ser “educação ambiental” e suas práticas correspondentes.

As diversas propostas educativas evocadas pelos agentes do Setor Elétrico na área do entorno do reservatório configuram como tentativas de legitimação de um específico “regime de verdades”. Configuradas por meio de estratégias discursivas apoiadas também em medidas práticas, elas pretendem atribuir estatuto de verdade aos saberes ambientais específicos à área técnica do Setor Elétrico. Nesse campo de disputas por espaços de legitimação, os agentes constroem alianças na perspectiva de fazer valer suas próprias representações. No sentido de Foucault (1979, p.4), trata-se do esforço de constituição de um “regime” que, introduzido nos discursos e nos saberes, pretende modificar os enunciados de modo a que eles sejam partilhados no processo de instituição de um mesmo universo cultural.

A formulação dessas propostas educativas e suas respectivas estruturas argumentativas colo-

cam, portanto, a necessidade de se analisar o sentido lógico dessas construções, levando em consideração o conjunto de variáveis intervenientes na construção da UHE-Tucuruí. As “mudanças ambientais” são assim atravessadas pelo conjunto de relações compreendendo saberes e poderes articulados às lutas discursivas por legitimação das práticas – tal como a que envolve os sentidos, lógicas e conteúdos da chamada “educação ambiental” - como às lutas práticas por apropriação direta dos recursos do território.

O campo da educação ambiental, neste sentido, está sendo aqui considerado também como um campo de forças no qual se inscreve um conjunto de práticas socioculturais e políticas, elas mesmas tornadas expressão de diferentes maneiras de se pensar e significar o território; tanto podem, assim, estar vinculadas a interesses utilitários de uso e apropriação do espaço, como associadas a clamores por justiça e por direito de acesso coletivo aos recursos ambientais.

### **O “educativo” sob o olhar “pedagógico” do construtor da UHE Tucuruí**

A análise dos programas de educação ambiental elaborados pela Eletronorte, ao longo das etapas de construção e funcionamento da UHE Tucuruí, permite constatar que estes programas estão referenciados ao contexto sociopolítico e ambiental resultante das alterações e transformações ecológicas que se efetuaram no território.

A incorporação pelo Setor Elétrico da dimensão educativa no campo ambiental na região de abrangência da hidrelétrica de Tucuruí se constituiu oficialmente a partir de 1986. Expressou-se por meio de um esquema lógico construído a partir dos problemas ambientais emergentes, e atendia especificamente à necessidade da empresa elaborar um Plano de Utilização do Reservatório, incorporando elementos da questão ambiental.

O Programa enunciou assim um conjunto de diretrizes destinadas:

A orientar o padrão de ocupação do espaço local, de modo a limitar a difusão de práticas que estabeleçam uma relação predatória com o ambiente físico. [...] e harmonizar o padrão de ocupação humana do espaço com os objetivos de conservação do meio ambiente, incluindo a dimensão educacional no elenco de pro-

gramas de intervenção previstos (ELETRONORTE, 1988, p.19).

A preocupação da empresa com o desenvolvimento de uma consciência ambientalista, portanto, adquire sentido em acordo à lógica específica do projeto hidrelétrico, a de preservar o “ambiente” único considerado. Preocupações com danos ambientais apareceram sempre que, tecnicamente, eles pudessem causar reflexos no funcionamento da hidrelétrica e/ou repercutir negativamente junto às agências multilaterais ou junto à comunidade ambientalista internacional e nacional; ou seja, sempre que os efeitos negativos de suas ações pudessem ocasionar prejuízos materiais e simbólicos à própria empresa.

Ao incorporar a dimensão educativa a seu Programa Ambiental e incluir a participação da comunidade no seu planejamento, a Eletronorte “invisibilizava” um fato social importante, o fato de ser o principal agente promotor dos processos de degradação ambiental na área. Contraditoriamente, propunha um programa de educação ambiental para disciplinar o comportamento das vítimas da degradação que ela mesma provocara. A inclusão da educação ambiental como um componente da atuação da empresa apareceu, portanto, como uma solução aos problemas ambientais produzidos pelo próprio projeto, sem, no entanto, que este fato fosse como tal por ela reconhecido.

As práticas educativas foram incorporadas no âmbito de uma racionalidade que pretendia promover o respeito ao princípio de conservação e de reordenamento equilibrado das condições do meio ambiente, traduzido, porém, em termos práticos, sobretudo pela melhoria das condições de funcionamento da hidrelétrica, prioridade na agenda do Setor Elétrico. Via-se na educação ambiental um mecanismo para agregar depredador e vítima, sem distinção de responsabilidades, como se tudo fosse subsumido a um conjunto de comportamentos individuais.

As propostas educativas, portanto, se apoiavam assim na perspectiva de soluções técnico-científicas, conforme o demonstram os vários estudos encomendados a instituições de ensino, de pesquisa e de Comissões Interinstitucionais, retirando a questão ambiental local do âmbito do conflito e da distribuição diferenciada de responsabilidades.

Por suas lacunas e insuficiências, o Programa de Educação Ambiental, concebido em 1988 - PEA/88, não foi legitimado nem pelos grupos locais nem por agentes das próprias instituições governamentais.

Era consenso da Comissão sobre este programa que, se ele fosse desenvolvido integralmente, haveria uma melhora, reduzindo o problema a níveis suportáveis. [...] Todas as demais atividades que competiam à Eletronorte não foram cumpridas (Relatório da Comissão de Estudos da Proliferação dos Mosquitos a Montante de Tucuruí, Dezembro, 1989, p. 6)

Esta avaliação revela o fracasso de pelo menos um dos objetivos do PEA/88, qual seja, o de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Entre as justificativas apresentadas por um representante da Eletronorte, presente na Comissão, estava a demora na aprovação e liberação de recursos pelo Congresso Nacional. Alguns outros técnicos, no entanto, criticaram o posicionamento e a forma como foram conduzidas as soluções para os problemas que afetavam populações e meio ambiente. Essas críticas, além de contribuírem para fragilizar a postura assumida pela empresa, colocavam em discussão o formato da proposta educativa e os esquemas preconizados no PEA/88.

Neste contexto, o PEA/88 sofreu um processo de esvaziamento até ser esquecido como Plano Institucional. Não há registros de que as atividades tenham sido levadas a efeito, conforme previsto no cronograma de execução da proposta. Durante os períodos subsequentes, apenas algumas ações pontuais de intervenção por parte da empresa foram promovidas no campo ambiental, sempre com a preocupação de garantir a qualidade do ambiente da barragem.

### **A reformulação dos padrões educativos dos agentes da UHE**

Com frequência, os processos de alteração do meio ambiente no território compreendido pelo entorno da barragem foram justificados pela Eletronorte pela falta de legislação específica que disciplinasse o uso e ocupação da área, à época da construção da primeira etapa da hidrelétrica. Com o processo de construção da segunda etapa,

a partir de 1998, reabre-se o debate sobre a necessidade de regularização do empreendimento frente à legislação ambiental, desta feita já em vigor.

Nesta etapa, a Eletronorte evocou a conjugação de dois princípios simultâneos: “Desenvolver sem devastar” e “Democratizar a Gestão Ambiental”. Ambos estão presentes nas diretrizes do Plano Estadual de Educação Ambiental, e dariam fundamento a seu Programa de Educação Ambiental (PEA/98), procurando criar uma disposição mais favorável à sua aceitação.

A idéia do PEA/98 foi a de dar maior racionalidade às ações de educação ambiental que o Centro de Proteção Ambiental (CPA) e o Centro de Treinamento da Eletronorte (CPE) até então vinham desenvolvendo. No caso que estamos examinando, referente aos três municípios pertencentes à área tomada como piloto, fica clara a natureza totalizante e excludente da ação educativa que se pretendeu implementar: a empresa, ao mesmo tempo em que busca o consenso e a legitimidade para a execução das propostas ditas educativas (constituídas por exigência do órgão licenciador), desconsidera as lógicas diversificadas das práticas socioculturais locais.

Todo o processo revela o caráter homogeneizador do programa na medida em que o empreendedor não reconhece que em cada um dos municípios se confrontam forças distintas em contextos e tempos diferenciados, motivos também variados de “preocupação” para a Eletronorte.

Não reconhecendo a diversidade dos grupos sociais existentes na área e suas múltiplas representações simbólicas, a Eletronorte os incorporou como parceiros institucionais, socialmente homogêneos e com eles estabeleceu atividades consorciadas, por meio de acordos informais. A formação de mão-de-obra e a melhoria da qualidade de vida aparecem como soluções comuns aos três municípios. As formulações discursivas de técnicos da Eletronorte inclusive incorporam a crença de que, ao desenvolver práticas educativas no sentido de transformar a relação com o meio ambiente, estariam equacionando outros problemas sociais, sobretudo aqueles que comprometem o almejado desenvolvimento local/regional e a melhoria da qualidade de vida.

A proposta, presente no campo da educação ambiental, de tratar de forma igual realidades di-

versas, justificada pelo discurso da articulação de interesses comuns, tende a esvaziar a agenda das reivindicações locais e ignorar formatos culturalmente diferenciados de relação entre sociedade e os recursos de sua base material. Na prática, os discursos e saberes dos diferentes agentes sociais presentes na área não se manifestam com o mesmo poder, já que o poder simbólico do agente hegemônico, articulado à lógica do “interesse público”, faz com que alguns possam falar onde outros são levados a silenciar.

Este tipo de prática político-educativa, a um só tempo, encobre as possibilidades de confronto e serve a que se reduza o debate ambiental à simples prescrição dos tipos de uso dos recursos ambientais compatíveis com os propósitos do empreendimento, esperando, paralelamente, conter as demandas locais no campo dos direitos.

Na sua primeira versão, o programa não chegou a empreender nenhuma ação capaz de minimizar os impactos negativos desses problemas e acabou se esvaziando. Em sua versão mais recente, investe-se numa pedagogia utilitária e “despolitizadora”.

Durante quase uma década, as “práticas educativas” da Eletronorte ficaram paralisadas. Com a construção da Segunda Etapa da Usina, a empresa retomou sua preocupação “pedagógica”, mas, mais uma vez, omitiu a referência aos processos de resistência em meio aos quais se deu a implantação da primeira etapa da hidrelétrica.

É fato que ao estabelecer o consórcio interinstitucional para a execução do novo PEA, no final dos anos 90, a Eletronorte, ao contrário do que ocorrera na década anterior, o fez sem qualquer tipo de pressão de organizações da sociedade civil. É importante mencionar, porém, que embora o programa tenha sido divulgado como um mecanismo institucional responsável por um conjunto de ações a serem desenvolvidas no terreno, a população local foi chamada a participar em um âmbito restrito e tutelado.

Tal projeto disciplinar é tanto mais visível quando percebe-se que parte das “propostas educativas” voltadas para as soluções dos problemas ambientais já são praticadas por grupos locais, ainda que fora de contextos “educativos”, como criar e manejar porcos para o consumo e comercialização; criar animais de pequeno porte (frango, pato); produzir e beneficiar frutas regionais;

processar farinha de mandioca para o consumo familiar e comercialização; produzir culturas para subsistência familiar.

Tal projeto educativo busca desconsiderar as relações de dominação, utilizando-se, para isso, do escudo de um suposto saber competente. Os seus pressupostos fazem crer que “os agentes educativos” do Setor Elétrico são conhecedores das necessidades dos grupos locais e têm competência para propor alternativas de solução, inscritas em discursos do racionalismo utilitário. No âmbito desta lógica, os grupos sociais locais são desqualificados, já que “incapazes” de encaminhar, de forma “sustentável”, sua relação com a base material de recursos e, por conseguinte, sua própria reprodução social.

Nesse contexto, diferentes estratégias discursivas de “educação ambiental” e de “meio ambiente” foram acionadas na disputa por modelos alternativos de desenvolvimento. As propostas educativas do Setor Elétrico que tinham como eixo norteador “desenvolver sem devastar”, faziam parte do Programa de Educação Ambiental versão 1998, referente ao licenciamento da segunda etapa da construção da Hidrelétrica.

A pretensão da empresa era a de divulgar sua concepção de “desenvolvimento sustentável”, e, ao mesmo tempo, disseminar normas disciplinares apresentadas como consensuais. Ao transformar os problemas ambientais em responsabilidade coletiva, excluía o debate sobre seu próprio papel como agente de intervenção no território, e tentava escapar ao confronto com os grupos locais. Tal projeto educativo buscava desconsiderar as relações de dominação, utilizando-se, para isso, do escudo de um suposto saber competente. Os seus pressupostos fazem crer que “os agentes educativos” do Setor Elétrico são conhecedores das necessidades dos grupos locais e têm competência para propor alternativas de solução, amparadas por discursos da lógica utilitária. No âmbito desta lógica, os grupos sociais locais eram desqualificados, por que “incapazes” de encaminhar, de forma “sustentável”, sua relação com a base material de recursos e, por conseguinte, sua própria reprodução social.

Os grupos sociais locais, contudo, responderam à educação ambiental formulada pelo agente hegemônico com uma contraproposta. Utilizando-se de formas organizativas diversas, comunidades assentadas na região do entorno do empreen-



dimento apresentaram projetos cujo traço comum é a busca do fortalecimento dos traços identitários e práticas sociais tradicionais, historicamente construídas a partir de suas formas de relação com sua base territorial. Trata-se de esforços coletivos articulados que exploram a diversidade, valorizam as experiências cotidianas e buscam o fortalecimento de suas formas de organização social, na perspectiva de consolidar a legitimidade política do próprio movimento de resistência.

Nos sistemas de percepção alternativos elaborados por esses grupos, o campo da educação ambiental é construído na resistência à intervenção, como um recurso ao fortalecimento da organização social, na luta pela democratização do acesso à base material e articulado à diversidade social e à preservação cultural de modos de vida locais. Portanto, numa perspectiva distinta dos esquemas de percepção dominantes, os grupos de atingidos pela construção da UHE Tucuruí, por meio de suas entidades organizativas e como recurso alternativo à dominação, construíram alianças, desenvolveram discursos e experiências compartilhadas, e procuraram legitimar suas próprias representações do território. O recurso à práticas educativas integra suas estratégias de luta social e os mecanismos de enfrentamento aos modelos de desenvolvimento impostos. Nessa perspectiva, a educação ambiental insere-se na luta empreendida pelas comunidades, articula concepções diferenciadas de seus ambientes e constitui-se como uma caracterização das responsabilidades por sua “preservação” (ou por sua “degradação”), seja no período que antecedeu ou no que sucedeu a construção da barragem.

### **Considerações finais**

À luz das reflexões acionadas no texto, considero que qualquer que seja a natureza de uma prática educativa, ela reflete um determinado contexto cultural e político. No campo ambiental, a dimensão educativa incorpora conteúdos tanto com propósito de transmitir valores dominantes, como tentativas de reapropriação que procuram atribuir à questão ambiental sentidos compatíveis com a reprodução de ambientes culturalmente diversos.

A educação ambiental que se inscreve na ló-

gica do conflito politiza o meio ambiente<sup>2</sup> como um recurso discursivo para dar clareza e condições de difusão aos projetos emancipatórios. A cidadania, nessa perspectiva, é orientada pelos anseios crescentes do cidadão pertencer a uma coletividade, ou seja, construir uma consciência que se oriente em direção ao interesse coletivo. Essa noção político pedagógica, incorporada, por exemplo, no processo organizativo do movimento dos atingidos por barragens, pretende dar a relação política de forças e favorecer um determinado sistema de alianças (CEDI/CRAB, 1994).

Nesse caso, em vez de uma educação ambiental voltada para a consciência preservacionista, explora-se o seu potencial para a formação de uma “consciência de direitos”, que implica formação de cidadania, almejando romper com a homogeneidade e centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante.

São incorporados na educação ambiental, as práticas e processos de luta vivenciados por grupos sociais que enfrentaram ou enfrentam processos de destituição de seus recursos ambientais, espaços de moradia ou suas terras. Esse esforço político-pedagógico contribui para que grupos (re)descubram o seu papel de protagonista transformador, a partir de realidades que lhes sejam comuns.

Grupos organizados, como Colônias de Pescadores do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, e organizações extrativistas do Acre sustentam que a educação ambiental não demanda necessariamente a existência de instituições formais para ser implementada, sendo necessário apenas interagir “com o mundo do trabalho, da cidadania e da comunidade” (CEDI/CRAB, 1994, p. 10). Reconhecem que se trata de um tipo de educação que pode ser desenvolvida pelos movimentos populares por meio de suas redes de relações educativas informais: sindicatos, associações, colônias de pescadores, cooperativas, família, comunidade, Igreja, grupos ambientalistas etc., uma vez que são entidades que já têm experiência prática de promover e participar de atividades político-sociais.

Esta educação ambiental articula significações múltiplas do meio ambiente, debate os limites de abordagens reducionistas e comportamen-

<sup>2</sup> Essa ideia de política é tomada em contraposição aos recortes conservacionistas e comportamentalistas da educação ambiental orientada pela lógica utilitária. Na perspectiva de Bourdieu (Contra a política de despolitização, s/d) tratar-se-ia de se contrapor a uma “política de despolitização” que ajusta os grupos sociais locais aos propósitos das forças sociais e econômicas dominantes.

talistas, muitas vezes utilizadas para atender interesses e valores conservadores, e contrapõe-se ao ambientalismo pragmático que pretende conservar os recursos naturais através da compatibilização do modelo de desenvolvimento econômico com os usos ditos “sustentáveis” dos recursos.

As propostas de educação ambiental advindas destes setores incorporam as lutas por garantia do uso público do patrimônio natural e de uso comum, em contraposição à sua apropriação privada por agentes fortes no mercado, denunciando a ideia de um ambiente uno que desqualifica a questão ambiental como portadora de projetos

democratizantes e aos atores sociais locais como incultos e incompetentes para o exercício das ciências do ambiente.

No contexto destas abordagens, as propostas educativas são tomadas como uma das estratégias de ação com vista à construção de modelos alternativos de desenvolvimento e de políticas socioambientais que democratizem o controle sobre o meio ambiente, desvincule a conservação da natureza das estruturas de poder ligadas aos interesses dominantes, que conformam um modelo de desenvolvimento social e ambiental predatório e excludente.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental. Novas articulações entre meio ambiente e democracia. In *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Ibase, out.2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Espace Social et Espace Symbolique*. In *Raison Pratiques*. Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. Trad. Sérgio Miceli et.al. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989. Cap. I e III.
- \_\_\_\_\_. *Contra la política de despolitización*. Tradução para o Espanhol de Marianne Brull, s.d (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- CARVALHO, Isabel. C. Educação Ambiental: os dilemas de uma nova cultura. In: *Políticas Ambientais*. IBASE, Ano 5, N° 15, ago./nov., 1997.
- \_\_\_\_\_. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. B. e et al (Org.). *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, Maria José. J. (Org.). *Sociologia na Amazônia*. Debates teóricos e experiências de pesquisas. Belém/PA: UFPA, 2001.
- ELETRONORTE. *UHE Tucuruí Etapa Final – Unidades 12 a 23*. Plano de Ações Ambientais. Tucuruí/PA, mar., de 1999 (mimeo).
- ELETRONORTE. *UHE Tucuruí: um estudo de caso*. Relatório Final.. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992.
- SILVA, Maria das Graças da. *Planejamento Territorial, deslocamento compulsório e conflitos sócio-ambientais: mosquito e pistolagem na barragem de Tucuruí*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Discurso educativo e a apropriação do meio ambiente na área de um grande projeto de investimento*. O caso da UHE Tucuruí/PA. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997.
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Trad. Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap. I e II.
- Maria das Graças da Silva  
Pos-Doutora em Sociologia Ambiental (ICS/PT).  
Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). É professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integra o Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, Mestrado em Educação.
- Recebido em 27/06/2010.  
Aprovado para publicação em 02/09/2010.